



Ata de Registro de Preços nº 002/2026
Pregão nº 90018/2025
Processo nº 2025-LG7DN
ID CidadES nº 2025.500E0100006.01.0018
UASG: 928467

O INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - PRODEST, inscrito no CNPJ sob o nº 28.162.790/0001-20, com sede na Avenida João Batista Parra, nº 465, Praia do Suá, Vitória/ES, representada legalmente pelo seu Diretor Geral **MARCELO AZEREDO CORNÉLIO**, nomeado pelo Decreto nº 2684-S, de 21 de dezembro de 2021, publicado no DIO/ES de 22 de dezembro de 2021, portador da Matrícula Funcional nº 4050827 e por seu Diretor Setorial Técnico, **LUIS AUGUSTO SILVA LIMA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob nº. 002/2026, RESOLVEM registrar os preços das empresas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 14.133/2021, pelos Decretos Estaduais nº 5.354-R/2023 e 5.545-R/2023, e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir:

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual fornecimento de certificados digitais, para os órgãos do Estado do Espírito Santo, especificado(s) no Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 90018/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 - O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

XDIGITAL BRASIL SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA					
CNPJ/MF: 38.597.881/0001-42					
Endereço: Rua Fulvio Aducci, 1214 - Sala 301 - Estreito – Florianópolis/SC – CEP: 88075-000.					
Contato: 48-3037 4503 / E-mail: contato@xdigitalbrasil.com.br					
Representante: Mateus Valgas					
LOTE 2					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Certificado Digital – SSL - Validação Estendida (EV) – 12 meses	122	Unidade	R\$533,3992	R\$65.074,70
2	Certificado Digital - WILDCARD - Validação de Organização (OV) – 12 meses	51	Unidade	R\$1.104,4672	R\$56.327,82
VALOR GLOBAL					R\$121.402,52



2.2 - A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como Anexo I a esta Ata.

3 - ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTE

3.1 - O órgão gerenciador será o **PRODEST**.

3.2 - São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços os constantes no Anexo II do Termo de Referência.

3.3 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

4 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, mediante requerimento de adesão enviado, eletronicamente, ao órgão ou entidade gerenciadora com os seguintes elementos mínimos:

4.1.1 - identificação da ARP de interesse;

4.1.2 - indicação dos itens e respectivas quantidades;

4.1.3 - endereços de entrega ou de prestação dos serviços;

4.1.4 - dados de contato do requerente;

4.1.5 - assinatura e identificação do subscritor; e

4.1.6 - outras informações eventualmente requeridas pelo órgão ou entidade gerenciadora.

4.2 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

Dos limites para as adesões

4.5 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.



4.6 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5 - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO, ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DA ATA E CADASTRO RESERVA

5.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 - Em caso de prorrogação da vigência da ARP, as quantidades inicialmente registradas não serão renovadas, permitindo-se apenas o uso do quantitativo não consumido até o momento da prorrogação.

5.2 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada, no prazo de validade da Ata, por intermédio de instrumento próprio, conforme previsto no Edital.

5.3 - Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4 - O contrato decorrente da Ata terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual.

5.5 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

5.6 - Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei 14.133/2021.

5.7 - Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1 - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do licitante vencedor;

5.7.2 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.7.2.1 - Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.7.2.2 - Mantiverem sua proposta original.

5.7.3 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.8 - O registro a que se refere o item 5.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.



5.9 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.10 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.10.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.10.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.11 - O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.11.1 - Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o item 5.8 deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado.

5.12 - Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.12.1 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.13 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.14 - Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.15 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.15.1 - Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.15.2 - Adjudicar e firmar a ata de registro de preços nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



5.16 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

6.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 - Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.1.4 - No caso do reajuste, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos no contrato ou instrumento que o substituir;

6.1.5 - No caso da repactuação, serão observados os requisitos e critérios definidos no contrato.

7 - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, exceto aqueles que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação



com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.2 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer a revisão, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

7.2.1 - o requerimento seja formulado antes da formalização do contrato ou aceite da ordem de fornecimento ou execução;

7.2.2 - a modificação das condições que impactam na formação do preço seja substancial e extraordinária, de forma a caracterizar alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor da ARP e os da Administração Pública;

7.2.3 - seja efetivamente comprovada a desatualização, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

7.3 - A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor, cabendo ao órgão ou entidade gerenciadora a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.4 - Ao receber o pedido, o órgão ou entidade gerenciadora poderá decidir pela suspensão da ata, até a conclusão da análise.

7.5 - Comprovada a desatualização decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá:

7.5.1 - efetuar a atualização do preço registrado, nos termos requeridos pelo fornecedor, mediante celebração de termo aditivo; e

7.5.2 - cancelar o preço registrado, liberando o fornecedor do compromisso assumido, sem a aplicação de sanções administrativas.

7.6 - Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e na ata.

7.7 - Na hipótese do cancelamento do registro de preços previsto no item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em preços iguais aos do vencedor ou que mantiveram sua proposta final.

7.8 - Excepcionalmente, na hipótese do item 7.6, a Administração poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido sem a aplicação de sanções quando, constatada a existência de fato superveniente que implique em desatualização dos preços, não for possível quantificar seu impacto no valor originalmente registrado.



7.9 - O reajuste e a repactuação dos preços registrados dependerão de requerimento do fornecedor, observando as normas aplicáveis aos contratos administrativos.

7.10 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8 - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas entre órgãos ou entidades participantes do lote, incluindo o gerenciador, quando este for participante, e para os quantitativos ainda não contratados.

8.2 - O órgão ou entidade solicitante realizará consulta formal e direta aos demais participante informando o(s) item(ns) e o(s) quantitativo(s) que deseja.

8.3 - O órgão ou entidade cedente verificará a possibilidade de remanejamento e, se constatada a possibilidade, somente poderá autorizar o remanejamento mediante declaração de sua autoridade competente atestando a disponibilidade de saldo não contratado e a ciência quanto à redução do seu quantitativo solicitado.

8.4 - O órgão ou entidade solicitante deverá submeter o pedido ao órgão ou entidade gerenciadora juntamente com a justificativa para o acréscimo e a autorização de remanejamento do órgão ou entidade cedente.

8.5 - Recebido o pedido, o órgão ou entidade gerenciadora verificará a conformidade da solicitação e procederá à formalização de termo aditivo.

8.6 - Em nenhuma hipótese o fornecedor beneficiário da ARP poderá negar ou condicionar o fornecimento ao órgão ou entidade participante que teve sua solicitação atendida em função do processo de remanejamento.

9 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 - O fornecedor terá o registro do seu preço cancelado quando:

9.1.1 - descumprir as condições da ARP;

9.1.2 - não formalizar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo estabelecido pela ARP, sem justificativa aceitável;

9.1.3 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

9.1.4 - sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 156 da Lei 14.133, de 2021, observada a abrangência definida nos §§ 4º e 5º do referido dispositivo.



9.2 - Na hipótese do item 9.1.4, caso a sanção aplicada não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.3 - O cancelamento do registro será formalizado por decisão fundamentada da autoridade máxima do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa nas hipóteses previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.4.

9.4 - Além das demais hipóteses previstas neste regulamento, o cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, justificadamente:

9.4.1 - por razões de interesse público; ou

9.4.2 - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

10 - DAS PENALIDADES

10.1 - O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e no contrato.

10.1.1 - As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 - É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito à execução dos contratos celebrados por órgão ou entidade participante ou aderente, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante ou aderente a aplicação da penalidade.

10.3 - O órgão ou entidade participante ou aderente deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas neste item, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 - CONDIÇÕES GERAIS

11.1 - As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

11.2 - No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

12 - DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste



instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.2 - Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e disponibilizada aos demais órgãos participantes (se houver).

Vitória/ES, 14 de janeiro de 2026.

MARCELO AZEREDO CORNÉLIO

Diretor Geral

PRODEST

LUIS AUGUSTO SILVA LIMA

Diretor Setorial Técnico

PRODEST

MATEUS VALGAS

Sócio Administrador

XDIGITAL BRASIL SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA



ANEXO I - CADASTRO RESERVA

Relação de fornecedores que não se manifestaram na sessão pública em manter o preço da primeira colocada:

1 BIT GESTAO E CONSULTORIA LTDA - R\$ 122.008,85

AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA - R\$ 175.650,00

CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A - R\$ 177.160,00

TECH MINAS DIGITAL LTDA - R\$ 207.128,00

CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGI - R\$ 207.434,00

ARMANDO SEMEGHINI NETO - R\$ 207.556,00

FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA - R\$ 207.556,00



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de certificados digitais, para os órgãos do Estado do Espírito Santo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, na modalidade de Registro de Preços, conforme o quantitativo definido nas **tabelas 1 e 2** abaixo referente a pesquisa de INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO:

Tabela 1

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD. MIN	QTD. MAX.	VR UNIT. MÁXIMO POR ITEM (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO (R\$)
1	1	CADEIA ICP-BR – E-CPF A3 COM TOKEN	Unid.	10	792		
	2	CADEIA ICP-BR – E-CPF A3 SEM TOKEN	Unid.	3	65		
	3	CADEIA ICP-BR – E-CPF A3 – Certificado Digital em Nuvem	Unid.	1	65		
	4	CADEIA ICP-BR – E-CNPJ A1 SEM TOKEN	Unid.	5	97		
	5	CADEIA ICP-BR – E-CNPJ A3 COM TOKEN	Unid.	1	61		
	6	CADEIA ICP-BR – E-CNPJ A3 – Certificado Digital em Nuvem	Unid.	1	26		
	7	CADEIA ICP-BR – SSL E- APLICAÇÃO	Unid.	1	62		
	8	VISITA TÉCNICA	Unid.	1	140		
SUBTOTAL GRUPO 1 (Itens 1 a 8)							

Tabela 2

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD. MIN	QTD. MAX.	VR UNIT. MÁXIMO POR ITEM (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO (R\$)
2	1	CADEIA INTERNACIONAL – SSL	Unid.	5	122		
	2	CADEIA INTERNACIONAL – WILDCARD	Unid.	3	51		



SUBTOTAL GRUPO 2 (Itens 1 e 2)	-	
--------------------------------	---	--

VALOR TOTAL MÁX. (R\$) = Tabela 1(Grupo 1) + Tabela 2 (Grupo 2)	
---	--

1.2.

1.3. Considerando que está prevista aquisição de certificados da cadeia ICP-BR bem como da cadeia internacional, reiteramos que a presente se dará de acordo com o seguinte agrupamento:

1.3.1. GRUPO 1: E-CPF A3 COM TOKEN, E-CPF A3 SEM TOKEN, E-CPF A3 – Certificado Digital em Nuvem, E-CNPJ A1 SEM TOKEN, E-CNPJ A3 COM TOKEN, E-CNPJ A3 – Certificado Digital em Nuvem, SSL E-APLICAÇÃO e VISITA TÉCNICA;

1.3.2. GRUPO 2: SSL e WILDCARD

1.4. A justificativa para o agrupamento dos itens baseia-se no respeito a legislação vigente e garantia de ampla participação das empresas existentes no mercado, sem prejuízo para o projeto ou perda de economia de escala, propiciando o fornecimento de diversos itens licitados de forma autônoma; destaca-se que, para a construção dos grupos, foram levados em consideração a diferenciação das características técnicas dos bens a serem adquiridos, em atendimento às necessidades dos órgãos públicos, conforme apresentamos a seguir:

1.4.1. Justificativa Técnica

Aspecto Técnico	Certificados ICP-Brasil	Certificados Cadeia Internacional
Finalidade principal	Autenticação e assinatura de documentos oficiais, processos administrativos, atos normativos e comunicações com validade jurídica no território nacional.	Estabelecimento de conexões seguras (SSL/TLS), autenticação de sistemas corporativos e serviços hospedados em ambiente de nuvem pública, APIs e domínios internacionais.
Padrão normativo	Segue a Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e as diretrizes do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) .	Segue padrões internacionais X.509 v3, CAB Fórum, ISO/IEC 9594-8 , reconhecidos globalmente por navegadores, sistemas operacionais e plataformas cloud.
Compatibilidade	Reconhecido em sistemas nacionais (Gov.br, SEI, Compras.gov, eSocial, Siafi, etc.).	Reconhecido automaticamente em navegadores, servidores web (Apache, Nginx, IIS), plataformas cloud (AWS, Azure, GCP) e dispositivos móveis.
Nível de confiança (trust store)	Cadeia de confiança nacional – verificação obrigatória pelo repositório da ICP-Brasil.	Cadeia de confiança global – reconhecida por repositórios de sistemas operacionais e browsers



		(Microsoft, Mozilla, Apple, Google).
Formato armazenamento	A1 (software), A3 (token) e nuvem.	Certificados digitais tipo SSL/TLS, SAN/UCC, Wildcard e EV, com chaves armazenadas em servidores ou HSMs corporativos.
Integração automação	Limitada a sistemas que reconhecem ICP-Brasil.	Automação via APIs, protocolos ACME e integração nativa com infraestrutura cloud.
Exemplo de uso típico	Assinatura de contratos, petições eletrônicas, documentos fiscais (NF-e, CT-e), atos administrativos.	Domínios HTTPS de portais institucionais, endpoints de API, VPNs, balanceadores, serviços web e correio eletrônico.

1.4.2. Justificativa Econômica

A separação em dois grupos visa otimizar os custos de aquisição e manutenção, evitando sobreposição de funcionalidades e desperdício de recursos públicos:

Aspecto econômico	Certificados ICP-Brasil	Certificados Internacional Cadeia
Eficiência e Economicidade:	Possuem custo unitário mais elevado , pois requerem validação presencial e infraestrutura nacional de emissão; devem ser usados somente onde há exigência legal de validade jurídica nacional .	Possuem menor custo por domínio e podem ser adquiridos com renovações automatizadas (inclusive gratuitas, como Let's Encrypt), atendendo perfeitamente a aplicações técnicas de infraestrutura.
Adequação ao interesse público (A separação permite direcionar recursos de forma racional):	ICP-Brasil → documentos e atos oficiais;	Cadeia Internacional → segurança de serviços web e comunicações criptografadas.
	Essa abordagem reduz custos de licenciamento e manutenção em até 60% , conforme práticas de órgãos públicos que adotam modelos híbridos.	
Sustentabilidade contratual:	Evita a aquisição de certificados ICP-Brasil para finalidades onde não há necessidade de validade jurídica, otimizando o orçamento e simplificando a gestão técnica.	



	Permite adotar ciclo de renovação automatizado , diminuindo o risco de indisponibilidade de serviços críticos por expiração.
--	---

1.5. Características mínimas, sendo que os demais requisitos técnicos se encontram no **Anexo I do Termo de Referência**:

1.5.1. **CADEIA ICP-BR – E-CPF A3 COM TOKEN** - Certificado digital ICP-Brasil para pessoa física, tipo A3, com mídia, com validade de 3 (três) anos;

1.5.2. **CADEIA ICP-BR – E-CPF A3 SEM TOKEN** – Certificado digital ICP-Brasil para pessoa física, tipo A3, sem mídia, com validade de 3 (três) anos;

1.5.3. **CADEIA ICP-BR – E-CPF A3 – Certificado Digital em Nuvem** – Certificado digital ICP-Brasil para pessoa física, tipo A3, em Nuvem, com validade de 3 (três) anos;

1.5.4. **CADEIA ICP-BR – E-CNPJ A1 SEM TOKEN** - Certificado digital ICP-Brasil para pessoa jurídica, tipo A1, sem mídia, com validade de 1 (um) ano;

1.5.5. **CADEIA ICP-BR – E-CNPJ A3 COM TOKEN** - Certificado digital ICP-Brasil para pessoa jurídica, tipo A3, com mídia, com validade de 3 (três) anos;

1.5.6. **CADEIA ICP-BR – E-CNPJ A3 – Certificado Digital em Nuvem** – Certificado digital ICP-Brasil para pessoa jurídica, tipo A3, em Nuvem, com validade de 3 (três) anos;

1.5.7. **CADEIA ICP-BR – SSL E-APLICAÇÃO** - Certificado digital ICP-Brasil para equipamento servidor com identificação de cliente, tipo SSL, sem mídia, com validade de 1 (um) ano;

1.5.8. **VISITA PARA EMISSÃO DOS CERTIFICADOS** - O serviço compreende o deslocamento do agente certificador da CONTRATADA até as unidades do CONTRATANTE;

1.5.9. **CADEIA INTERNACIONAL – SSL** - Este certificado deve possuir prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses; Deve possuir bit de autenticação de servidor ativado; Deve suportar, no mínimo, um nome de domínio totalmente qualificado;

1.5.10. **CADEIA INTERNACIONAL – WILDCARD** - Este certificado deve possuir prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses; Deve possuir bit de autenticação de servidor ativado;

1.6. Os bens objeto deste Registro de Preços são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.7. Os objetos destes Registro de Preços não se enquadram como sendo bens de luxo, conforme Decreto nº 5.352-R/2023.

1.8. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos e terá início no dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PCNP, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021;

Justificativa para utilização do Sistema de Registro de Preços:

1.9. A adoção do Sistema de Registro de Preços se justifica pela necessidade de aquisições futuras, não sendo possível prever a demanda exata de cada órgão



participante. Essa modalidade permite maior flexibilidade, economicidade e otimização da gestão de compras, garantindo a disponibilidade do produto conforme a necessidade da Administração Pública.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada abaixo:

2.1.1. O objetivo precípua do presente é prover os diversos tipos de certificados digitais, de forma a promover a continuidade dos serviços prestados pelo Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, tanto internamente, relativa à própria máquina pública, como externamente, que reflete diretamente no atendimento ao cidadão, através de sistemas de informática.

2.1.2. Com base em levantamentos realizados na pesquisa de INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO, a estimativa de consumo dos itens que compõem o GRUPO 1 está detalhado na Tabela 1.

2.1.3. Com base em levantamentos realizados na pesquisa de INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO, a estimativa de consumo dos itens que compõem o GRUPO 2 está detalhado na Tabela 2.

2.1.4. Levando em consideração a natureza de registro de preços, os quantitativos foram estimados baseados na pesquisa de Intenção de Registro de Preços.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no **Anexo I**, apêndice desse Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da Garantia de Execução

4.2. A contratação conta com garantia da contratação, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

4.3. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da vigência do contrato, comprovante de prestação de garantia, quando optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total.

4.4. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.



4.5. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por 30 dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.6. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.7. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item abaixo.

4.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

4.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

4.10. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item acima, observada a legislação que rege a matéria.

4.11. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica, aberta pela contratante, com correção monetária.

4.12. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

4.13. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.15. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

4.16. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.16.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo



contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

4.16.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

4.18. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.19.1. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O processo de solicitação e entrega dos certificados envolve várias etapas, desde a escolha do tipo até a validação e, finalmente, a instalação. A validação poderá ser feita presencialmente ou por videoconferência, poderá se dar por meio de sistema informatizado (web) ou mesmo correio eletrônico, dependendo da Autoridade Certificadora (AC).

5.1.2. O prazo de entrega dos certificados é de até 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega dos arquivos/documentação necessários à sua validação.

5.1.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.4. O objeto será considerado entregue mediante o fornecimento do certificado digital e a validação de sua instalação, atestando sua correta emissão e funcionalidade.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. O serviço deverá ser prestado de forma on-line, através de sistema informatizado da contratada ou por correio eletrônico, em horário comercial dos dias úteis, para os casos de mídia digital ou em nuvem.

5.3. Para os certificados que necessitarem de validação presencial, esta etapa deve ser realizada por meio do comparecimento nos postos de atendimento da



CONTRATADA ou nas dependências da CONTRATANTE, nos casos de acionamento do serviço de visita técnica, em data agendada pelo CONTRATANTE;

5.3.1. A CONTRATADA deverá possuir, no mínimo, um posto de atendimento localizado em Vitória/ES;

5.3.2. O atendimento nos postos deverá estar disponível de segunda a sexta-feira, exceto feriados, e compreender o horário de 09:00hs às 17:00hs;

5.3.3. A entrega das mídias criptográficas deverá ser realizada no momento da validação presencial para emissão do certificado digital, se demandado pela CONTRATANTE.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. O prazo de garantia contratual dos serviços será de, no mínimo, 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.4.2. Caso haja algum problema no certificado disponibilizado, a contratada deverá emitir outro certificado idêntico ao inicial e com data de validade suficiente para, no mínimo, completar os 12 meses iniciais previstos.

5.4.3. O acionamento dos serviços de garantia/suporte técnico será feito por meio de central de atendimento telefônico 0800 ou outro canal gratuito que permita abertura de atendimento técnico em qualquer localidade do Estado do Espírito Santo;

5.4.4. Os certificados digitais emitidos devem estar válidos por todo o período descrito em suas respectivas especificações técnicas;

5.4.5. A CONTRATADA deve manter disponíveis os mecanismos para verificar o status de revogação dos certificados digitais até a expiração de suas datas de validade

5.4.6. As mídias criptográficas disponibilizadas juntamente com os certificados digitais devem possuir garantia conforme especificação técnica presente no Anexo I deste Termo de Referência.;

5.4.7. Em caso de defeito da mídia ou de cancelamento da homologação para uso na cadeia ICP-Brasil dentro deste período, esta deve ser substituída por outra nova, sem uso, com homologação vigente, respeitando os requisitos técnicos definidos nesse termo, e ser emitido novo certificado digital, sem custo para o contratante, com prazo de validade que englobe o prazo restante do certificado que estava armazenado na mídia original;

5.4.8. A CONTRATADA deverá garantir a emissão dos certificados digitais para os quais já foi realizada sua validação;

5.4.9. A CONTRATADA deve prestar atendimento técnico para dirimir todas as dúvidas relacionadas à solicitação, instalação, configuração e utilização dos certificados digitais por ela emitidos, via telefone e e-mail;

5.4.10. Este atendimento deve estar disponível, no mínimo, de segunda à sexta-feira, exceto feriados, entre 8:00 e 18:00 horas;

5.4.11. O tempo de atendimento para resolução de problemas será de até 3 (três) dias úteis após abertura de chamado junto à CONTRATADA;



5.4.12. O atendimento deve incluir o esclarecimento de dúvidas técnicas e cadastrais tais como, mas não exclusivamente: geração do CSR, realização de solicitação de emissão, instalação do certificado e, para certificados da cadeia ICP-Brasil, instalação da cadeia de certificação;

5.4.13. Para as mídias criptográficas, o atendimento deve incluir o esclarecimento de dúvidas técnicas cadastrais tais como, mas não exclusivamente: download, configuração, uso e atualização dos drivers e softwares necessários à utilização destas.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá fornecer sistema informatizado (Web), mídia física (Token) ou endereço de correio eletrônico para que o Prodest demande a emissão de certificados digitais, de acordo com sua necessidade, conforme características mínimas informadas no item 1.4.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A Ata de Registro de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada nos limites da lei 14.133/2021, que deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da citada Lei, bem como o disposto no DECRETO Nº 5354-R, DE 28 DE MARÇO DE 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços – SRP, no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional.

6.1.1. Os preços registrados poderão ser alterados nas hipóteses do Decreto Estadual nº 5354-R/2023, art. 8º, V.

6.2. O contrato resultante do Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2.1. O contrato resultante do Registro de Preços terá duração de até 5 (cinco) anos, conforme estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Além do disposto acima, os itens constantes da especificação técnica serão verificados, de acordo com o solicitado no descritivo técnico dos dispositivos, além dos demais prazos de atendimento técnico dos serviços de garantia e manutenção técnica, em caso de acionamento por parte da contratante.



6.7. No que concerne aos NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS (NMSE), embora **geralmente recomendável** em contratações públicas, **há situações técnicas e jurídicas em que sua adoção não é necessária ou sequer adequada** — especialmente em **contratações pontuais de Certificados Digitais**, conforme exposto nesse Termo de Referência.

6.8. Justifica-se a não adoção de Níveis Mínimos de Serviço Exigidos (NMSE) no presente Termo de Referência, tendo em vista a natureza do objeto e o arcabouço normativo aplicável aos Certificados Digitais, conforme se segue:

6.8.1. Quanto a Natureza do objeto: O objeto desta contratação refere-se à aquisição pontual de Certificados Digitais, destinados ao atendimento das necessidades operacionais do órgão, sem caracterizar prestação de serviço continuado. Trata-se, portanto, de fornecimento de produto padronizado e regulado, cuja entrega ocorre de forma única e concluída com a emissão do certificado ao usuário final.

6.8.2. Regulação técnica e garantia de qualidade: Os Certificados Digitais no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil são padronizados e fiscalizados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), conforme a Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e demais normas complementares. Tais instrumentos já impõem requisitos técnicos mínimos obrigatórios de segurança, disponibilidade, confidencialidade e confiabilidade, fiscalizados continuamente pelo ITI, o que torna desnecessária a fixação de NMSE adicionais em nível contratual.

6.8.3. Ausência de prestação de serviço continuado: Considerando que a entrega do certificado digital não envolve manutenção, suporte técnico dedicado ou monitoramento de desempenho, não há parâmetros de continuidade ou níveis de serviço a mensurar. A obrigação do fornecedor limita-se à correta emissão do certificado conforme normas da ICP-Brasil.

6.8.4. Preservação da competitividade e economicidade: A exigência de NMSE poderia restringir indevidamente a competição, favorecendo fornecedores de maior porte e contrariando o princípio da isonomia e da ampla competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021. Além disso, incluir obrigações desnecessárias poderia aumentar o custo contratual, sem ganho técnico efetivo.

6.8.5. Conclusão: Diante do exposto, não se faz necessária a inclusão de Níveis Mínimos de Serviço (NMSE) neste Termo de Referência, uma vez que os padrões de qualidade e segurança já são garantidos pelas normas da ICP-Brasil e pelo ITI, e o objeto contratado consiste em fornecimento pontual de produto, sem continuidade de execução. A medida observa os princípios da eficiência, economicidade e proporcionalidade, atendendo plenamente ao interesse público e às disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente os artigos 11, 18 e 40.

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Estadual nº 5.545-R/2023 e demais condições previstas para a contratação.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do Recebimento



7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal ou comissão designada, consignando em relatório informações sobre a simples conferência da conformidade do que foi contratado, em especial do quantitativo, marca e modelo e demais informações constantes na nota fiscal.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (dias) dias úteis, a contar da notificação por escrito da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.1. Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento provisório, o fiscal, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções.

7.2.2. Após o recebimento provisório, o fiscal deverá manifestar-se sobre o cumprimento das exigências de caráter técnico da conformidade do material recebido com as exigências contratuais, visando subsidiar o gestor do contrato no recebimento definitivo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da manifestação do fiscal prevista no item 7.2.2, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3.1. Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento definitivo, o gestor, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções no prazo de 10 (dez) dias úteis.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos em que a fiscalização consiga emitir sumariamente o termo de recebimento definitivo pela simplicidade ou quantidade recebida do objeto.

Nota Fiscal

7.9. Para fins de exame da Nota Fiscal, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



- 7.9.1. o prazo de validade;
 - 7.9.2. a data da emissão;
 - 7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.9.5. o valor a pagar; e
 - 7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.
- 7.12. O Contratado deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos bens/serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460-R/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração contratante.

Do Prazo de Pagamento

- 7.13. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, nos termos do art. 31 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023.
- 7.14. Ao enviar a solicitação de pagamento, o gestor do contrato deve especificar a data de vencimento da obrigação.
- 7.15. Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

- 7.16. Incumbirão à contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela contratante, juntando-se o cálculo da fatura.
- 7.17. A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.
- 7.18. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela contratante.



Da Forma de Pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço para contratação **através do Sistema de Registro de Preços**, conforme estabelecido no art. 18 do Decreto Nº 5354-R.

8.2. A justificativa para adoção do referido critério está pautada conforme previsto na Lei 14.133/21, art. 6º, inciso XLI, uma vez que, conforme apresentado no Estudo Técnico Preliminar, o objeto da pretensa contratação / aquisição, trata-se de bens / serviços comuns, sendo neste caso, obrigatória a licitação, na modalidade Pregão. Ademais, isso permite que a Administração Pública obtenha os melhores preços e condições possíveis, garantindo o uso eficiente dos recursos públicos, promovendo a transparência e a competição, pois qualquer fornecedor que atenda aos critérios estabelecidos no edital pode participar do pregão.

Da Forma de Fornecimento

8.3. O fornecimento do objeto será parcelado, de acordo com as regras do Registro de Preços.

8.3.1. Após a formalização do registro de preços, para os pedidos dos itens, será formalizado contrato nos quantitativos indicados, cujo fornecimento se dará através da emissão de Ordem de Fornecimento pelo Fiscal/Gestor ou instrumento equivalente.

8.4. A justificativa para adoção da referida forma está na necessidade de fornecimento de um pedido inicial, seguido de novos pedidos sob demanda ao longo da vigência contratual.

Das Exigências de Habilitação



8.5. Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar os requisitos descritos no ANEXO II do Edital.

8.6. Com relação à justificativa dos requisitos de qualificação técnica, deve-se reiterar que o objeto deste termo envolve tecnologia de informação, restando necessária a exigência de comprovação de habilitação técnica e financeira para atrair a proposta mais eficaz para a Administração Pública Estadual, devendo conter a integralidade do quantitativo previsto.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10. O custo estimado máximo da contratação sob o Sistema de Registro de Preços é de R\$ _____.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Por ser tratar de aquisição sob o sistema de registro de preços, a indicação da classificação ou da dotação orçamentária, bem como a comprovação de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando cabível, só serão providenciadas para a formalização do contrato ou documento equivalente.



ANEXO I A- DO TERMO DE REFERÊNCIA

1. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

1.1. CADEIA ICP-BR – E-CPF A3 COM TOKEN

- 1.1.1. Certificado digital ICP-Brasil para pessoa física, tipo A3, com mídia, com validade de 3 (três) anos, **cumprindo as especificações e normas ICP-Brasil**;
- 1.1.2. Este certificado deve possuir bits de autenticação de cliente, e-mail seguro, assinatura digital e não-repúdio ativados;
- 1.1.3. As mídias criptográficas devem ser do tipo token e deverão atender aos requisitos mínimos:
 - 1.1.3.1. Ser novo e de primeiro uso;
 - 1.1.3.2. Possuir certificado de homologação aprovada pelo ITI e válida, conforme Manual de Condutas Técnicas 3, versão 3.0 ou superior;
 - 1.1.3.3. Ser compatível com os padrões definidos nas cadeias hierárquicas vigentes na ICP-Brasil;
 - 1.1.3.4. Possuir conexão compatível com USB 2.0 e superiores;
 - 1.1.3.5. Suportar alimentação através da porta USB;

1.2. CADEIA ICP-BR – E-CPF A3 SEM TOKEN

- 1.2.1. Certificado digital ICP-Brasil para pessoa física, tipo A3, sem mídia, com validade de 3 (três) anos, **cumprindo as especificações e normas ICP-Brasil**;
- 1.2.2. Este certificado deve possuir bits de autenticação de cliente, e-mail seguro, assinatura digital e não-repúdio ativados;

1.3. e-CPF A3 – CERTIFICADO DIGITAL EM NUVEM, PARA PESSOAS FÍSICAS

- 1.3.1. O e-CPF A3 deverá ser emitido por uma AC credenciada pela ICP-Brasil e armazenado em nuvem, com validade de 3 anos, **cumprindo as especificações e normas ICP-Brasil**.
- 1.3.2. O certificado digital em nuvem deve oferecer suporte para navegadores como Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome.
- 1.3.3. A solução em nuvem deve garantir segurança de ponta a ponta, com armazenamento seguro e criptografado das chaves privadas.
- 1.3.4. Deve ser fornecido suporte técnico contínuo, com correções de segurança e atualizações de software, sem ônus adicional, durante o período mínimo de 3 anos.



1.4. CADEIA ICP-BR – E-CNPJ A1 SEM TOKEN

- 1.4.1. Certificado digital ICP-Brasil para pessoa jurídica, tipo A1, sem mídia, com validade de 1 (um) ano, **cumprindo as especificações e normas ICP-Brasil**;
- 1.4.2. Este certificado deve possuir bits de autenticação de cliente, e-mail seguro, assinatura digital e não-repúdio ativados;

1.5. CADEIA ICP-BR – E-CNPJ A3 COM TOKEN

- 1.5.1. Certificado digital ICP-Brasil para pessoa jurídica, tipo A3, com mídia, com validade de 3 (três) anos, **cumprindo as especificações e normas ICP-Brasil**;
- 1.5.2. Este certificado deve possuir bits de autenticação de cliente, e-mail seguro, assinatura digital e não-repúdio ativados;
- 1.5.3. As mídias criptográficas devem ser do tipo token e deverão atender aos requisitos mínimos:
 - 1.5.3.1. Ser novo e de primeiro uso;
 - 1.5.3.2. Possuir certificado de homologação aprovada pelo ITI e válida, conforme Manual de Condutas Técnicas 3, versão 3.0 ou superior;
 - 1.5.3.3. Ser compatível com os padrões definidos nas cadeias hierárquicas vigentes na ICP-Brasil;
 - 1.5.3.4. Possuir conexão compatível com USB 2.0 e superiores;
 - 1.5.3.5. Suportar alimentação através da porta USB;

1.6. E-CNPJ A3 – CERTIFICADO DIGITAL EM NUVEM, PARA PESSOAS JURÍDICAS

- 1.6.1. O e-CNPJ A3 deverá ser emitido por uma AC credenciada pela ICP-Brasil e armazenado em nuvem, com validade de 3 anos, **cumprindo as especificações e normas ICP-Brasil**;
- 1.6.2. 4.3.2. O certificado digital em nuvem deve oferecer suporte para navegadores como Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome.
- 1.6.3. 4.3.3. A solução em nuvem deve garantir segurança de ponta a ponta, com armazenamento seguro e criptografado das chaves privadas.
- 1.6.4. 4.3.4. Deve ser fornecido suporte técnico contínuo, com correções de segurança e atualizações de software, sem ônus adicional, durante o período mínimo de 3 anos.

1.7. CADEIA ICP-BR – SSL E-APLICAÇÃO

- 1.7.1. Certificado digital ICP-Brasil para aplicação, tipo A1, sem mídia, com



validade de 1 (um) ano, **cumprindo as especificações e normas ICP-Brasil;**

- 1.7.2. Este certificado deve possuir bits de autenticação de cliente, assinatura digital e não-repúdio ativados;
- 1.7.3. Este certificado, também denominado de e-Aplicação, deve permitir inserir o nome da aplicação no identificador CN, conforme descrito no item 7.1.4.1 do DOC-ICP-04;

1.8. VISITA PARA EMISSÃO DOS CERTIFICADOS

- 1.8.1. O serviço compreende o deslocamento do agente certificador da CONTRATADA até as unidades do CONTRATANTE, na cidade de Vitória-ES;
- 1.8.2. Para uma mesma visita, pode ocorrer mais de uma emissão/validação de certificado digital, conforme quantidade previamente solicitada/agendada pela CONTRATANTE, ou seja, será pago apenas o valor de uma visita técnica, mesmo que na oportunidade sejam emitidos e validados vários certificados, desde que ocorram no mesmo endereço;
- 1.8.3. O CONTRATANTE não garante o acesso à internet, devendo o agente providenciar seu próprio acesso;
- 1.8.4. A eventual necessidade de utilização de dispositivos e acessórios de informática, necessários à realização de todas as atividades de validação e emissão dos certificados, deverá ser suprida pela CONTRATADA;
- 1.8.5. As validações serão realizadas dentro do horário comercial, nos dias úteis;

1.9. CADEIA INTERNACIONAL – SSL

- 1.9.1. Este certificado deve possuir prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses;
- 1.9.2. Deve possuir bit de autenticação de servidor ativado;
- 1.9.3. Deve suportar, no mínimo, um nome de domínio totalmente qualificado;
- 1.9.4. Deve utilizar validação estendida **(EV)**, conforme definições do CA/Browser Fórum;
- 1.9.5. Esta cadeia internacional deve vir pré-carregada nos gerenciadores de certificados confiáveis dos principais navegadores web e sistemas operacionais de dispositivos móveis do mercado;
- 1.9.6. Os certificados devem utilizar chaves assimétricas geradas a partir de um dos seguintes algoritmos/métodos criptográficos:
 - 1.9.6.1. RSA de, no mínimo, 2048 bits;
 - 1.9.6.2. Curvas Elípticas de, no mínimo, 256 bits;



- 1.9.7.** A utilização destes certificados deve ser permitida em ilimitados servidores;

1.10. CADEIA INTERNACIONAL – WILDCARD

- 1.10.1.** Este certificado deve possuir prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses;
- 1.10.2.** Deve possuir bit de autenticação de servidor ativado;
- 1.10.3.** Deve autenticar um domínio e ilimitados subdomínios, de um nível, deste domínio;
- 1.10.4.** Deve utilizar validação de organização (**OV**), conforme definições do CA/Browser Fórum;
- 1.10.5.** Esta cadeia internacional deve vir pré-carregada, no mínimo, nos gerenciadores de certificados confiáveis dos seguintes navegadores web e sistemas operacionais de dispositivos móveis, nas versões suportadas por seus fabricantes:
- 1.10.5.1.** Navegadores web:
- 1.10.5.1.1.** Microsoft Edge;
 - 1.10.5.1.2.** Mozilla Firefox;
 - 1.10.5.1.3.** Google Chrome;
 - 1.10.5.1.4.** Safari;
- 1.10.5.2.** Sistemas operacionais de dispositivos móveis:
- 1.10.5.2.1.** Google Android;
 - 1.10.5.2.2.** Apple iOS;
- 1.10.5.3.** Os certificados devem utilizar chaves assimétricas geradas a partir de um dos seguintes algoritmos/métodos criptográficos:
- 1.10.5.3.1.** RSA de, no mínimo, 2048 bits;
 - 1.10.5.3.2.** Curvas Elípticas de, no mínimo, 256 bits;
- 1.10.6.** A utilização destes certificados deve ser permitida em ilimitados servidores e estações de trabalho;



ANEXO I B - DO TERMO DE REFERÊNCIA

ORGÃOS PARTICIPANTES – IRP 1177/2025

	ITEM	Especificação do Objeto	UNID	Participantes da IRP 1177/2025																							
				PRODEST	HSJC	ARSP	SEDURB	PMES	ESESP	SERD	SESP	SECTI	SESA	IASES	PGE	SCM	SEDU	INCAPER	SECULT	SEAG	SEMOBI	SEGER	SESM	SEDH	SECOM	TOTAL	
Grupo 1	1	CADEIA ICP-BR – E-CPF A3 COM TOKEN	Unid.	50	10	10	10	200	10	15	20	6	20	41	200	5	100	10	20	10	10	35	0	5	5	792	
	2	CADEIA ICP-BR – E-CPF A3 SEM TOKEN	Unid.	25	0	0	10	0	0	0	3	0	15	0	0	0	0	0	0	2	0	5	0	5	65		
	3	CADEIA ICP-BR – E-CPF A3 – Certificado Digital em Nuvem	Unid.	2	0	0	10	0	0	0	0	0	15	0	20	0	0	0	0	10	5	0	3	65			
	4	CADEIA ICP-BR – E-CNPJ A1 SEM TOKEN	Unid.	50	0	1	2	0	1	0	2	0	20	0	2	0	0	2	1	2	2	10	1	0	1	97	
	5	CADEIA ICP-BR – E-CNPJ A3 COM TOKEN	Unid.	25	1	1	2	4	2	1	0	1	10	0	0	5	0	0	0	2	2	2	1	1	1	61	
	6	CADEIA ICP-BR – E-CNPJ A3 – Certificado Digital em Nuvem	Unid.	2	0	0	2	0	0	0	0	0	15	0	0	0	0	0	0	0	5	1	0	1	26		
	7	CADEIA ICP-BR – E-SERVIDOR SSL	Unid.	25	0	0	1	3	0	0	0	0	10	20	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	62		
	8	VISITA TÉCNICA	Unid.	25	0	0	10	25	13	15	0	0	40	0	0	0	5	0	0	0	1	0	1	0	5	140	
Grupo 2	1	CADEIA INTERNACIONAL – SSL	Unid.	60	0	0	0	10	0	0	0	0	40	10	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	122		
	2	CADEIA INTERNACIONAL – WILDCARD	Unid.	10	0	0	0	3	0	0	0	0	30	6	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	51		

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

MARCELO AZEREDO CORNÉLIO
DIRETOR GERAL
PRODEST - PRODEST - GOVES
assinado em 14/01/2026 16:44:59 -03:00

LUIS AUGUSTO SILVA LIMA
DIRETOR SETORIAL
DSTEC - PRODEST - GOVES
assinado em 14/01/2026 16:11:16 -03:00

MATEUS VALGAS
CIDADÃO
assinado em 14/01/2026 17:12:52 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 14/01/2026 17:12:53 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ALINE CALIARI GUIMARÃES (SUBGERENTE - SGCOC - PRODEST - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-FVVRN9>